EMENDA Nº - CCJ
(ao PL nº 2.254, de 2022)

Suprima-se a alteração do §4º do art. 171, do Código Penal, da redação proposta pelo art. 2º do Projeto de Lei 2254/2022.

JUSTIFICAÇÃO

Tendo em vista que o Projeto de Lei altera a pena do caput do art. 171 de 1 a 5 anos para 2 a 6 anos, mostra-se desproporcional aumentar em triplo o crime cometido contra idoso ou vulnerável, resultando em um possível período de reclusão de 6 a 18 anos. A pena é severa quando comparada a outros crimes igualmente graves ou até mais danosos no Código Penal.

Por exemplo, o homicídio simples (Artigo 121) possui pena de 6 a 20 anos de reclusão, ou seja, a proposta em questão estabelece uma pena mínima igual à de um crime de homicídio e superior ao próprio crime de tráfico de drogas, previsto no art. 33, *caput*, que prevê pena de 5 a 15 anos de reclusão.

Vale destacar que o crime de estelionato tem como bem jurídico tutelado o patrimônio, não tendo como elementar do tipo penal a violência e a grave ameaça. Aumentar a pena em patamares que não comportam benefícios despenalizadores com a suspensão condicional do processo (art. 89 da Lei 9.099/90), acordo de não persecução penal (art. 28-A do CPP), ou substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direito (art. 44 do CP), podem acarretar maiores malefícios do que benefícios para a vítima, já que esta tem como principal objetivo a restituição do patrimônio perdido.

Além disso, a aplicação de uma pena tão elevada pode dificultar a possibilidade de reabilitação do condenado, além de sobrecarregar ainda mais o sistema prisional.

Pelos motivos expostos, conto com o apoio dos nobres Pares e com a sensibilidade do Relator da matéria para a aprovação desta emenda.

Sala da Comissão,

Senador FABIANO CONTARATO